

# Tradução e viagem: relações de poder

Recebido 10, jan. 2005/Aprovado 20, mar. 2005

*Cristina Carneiro Rodrigues*

## **Resumo**

*Neste trabalho vou explorar questões de poder relacionadas à tradução e à viagem. Analisa-se como um britânico, o tradutor e viajante Richard Francis Burton, relata sua viagem ao Brasil e como ele é aqui traduzido. O traduzir e o viajar são enfocados enquanto modos de estabelecimento de relações entre o próprio e o Outro, o nacional e o estrangeiro e abordam-se as implicações desse encontro quando o viajante provém de um país hegemônico e escreve sobre país não-hegemônico e é nele traduzido.*

*Palavras-chave: estudos da tradução; viagem; apropriação.*

O pensamento tradicional sobre tradução depositava confiança na concepção de que a tradução seria um diálogo travado entre pares, em que o próprio e o Outro, o nacional e o estrangeiro, estariam em posições simétricas. A literatura contemporânea sobre tradução tem questionado essa confiança, evidenciando que a tradução transforma o texto de partida. Assim, à noção de diálogo sobrepõe-se a de apropriação. Da mesma forma, à visão do tradutor como neutro e servil, sobrepõe-se a de um sujeito que sofre coerções sociais, psicológicas e ideológicas que influenciam suas escolhas, direcionam suas interpretações. Ainda que sua única intenção expressa seja ser respeitoso para com o texto ou com a cultura do Outro, do estrangeiro, o tradutor sempre pratica algum tipo de intervenção, nunca pode reproduzir o texto de partida, nunca pode simplesmente transportar sentidos sem neles interferir.

De modo semelhante, os relatos de viajantes tradicionalmente eram vistos como descrições objetivas, científicas, que informavam o leitor sobre outros povos, outros lugares. A literatura contemporânea sobre viagem, entretanto, questiona essa visão e, de observador neutro e objetivo, o viajante passa a ser considerado um sujeito de seu tempo e lugar que, ainda que tenha como única meta buscar o sentido do Outro, assim como o tradutor, inevitavelmente atribuirá sentidos de acordo com os próprios parâmetros.

Aproximam-se, assim, o traduzir e o viajar, como formas de apropriação, como modos de transformar o Outro em próprio. O contato entre culturas produzido pela tradução é, entretanto, diferente do contato produzido pela experiência da viagem. Ainda que tanto em tradução quanto em viagem a linguagem seja uma constante, a viagem contempla um aspecto ausente da tradução: a prova de vivenciar o não-familiar e transformá-lo em expressão lingüística. A tradução também, de certa forma, dezenraiza-se do familiar, mas sempre no plano lingüístico. De acordo com Martins (2001), "o ato de descrever (em palavras ou imagens gráficas) pode ser, ele próprio, entendido como um processo de transculturação, e não, meramente, uma tradução de experiências no campo" (p. 23). Contradições, sutilezas, ambigüidades, mal-entendidos aproximam as duas atividades, assim como o risco do etnocentrismo ou do desrespeito ao Outro.

Dois autores deram importantes contribuições para o estudo das relações entre o próprio e Outro em tradução: Antoine Berman, em *A prova do estrangeiro* (1984/ 2002),<sup>1</sup> e Lawrence Venuti, desde o prestigiado artigo "The translator's invisibility" (1986). Ambos colocam-se radicalmente contra traduções que se apropriem do estrangeiro, tanto no sentido de torná-lo próprio, domesticá-lo, aculturá-lo, quanto de torná-lo adequado a um determinado segmento de público. Venuti denuncia a flu-

<sup>1</sup> Em todas as referências em que há duas datas separadas por barras, a primeira refere-se ao ano da publicação original e a segunda data, ao da edição ou tradução utilizada.

ência e transparência da maneira anglo-americana de traduzir e Berman, a tradição etnocêntrica francesa. Ambos prestigiam traduções que dêem voz ao Outro, que não o domesticuem e depreciam as traduções fluentes, transparentes.

Não há dados sobre a tradução no Brasil que possam levar a possíveis tendências tradutórias, mas o impressionante volume de traduções publicadas anualmente certifica que o Brasil dá muita voz ao Outro, ao estrangeiro. De acordo com Lia Wyler (2003), "no Brasil, dado o seu grande volume, mais que fonte de prazer e exotismo, a tradução tem sido durante cinco séculos um veículo de aculturação" (p. 25). A incorporação do Outro na cultura brasileira, via tradução, é reiterada por Aubert (2003), para quem

a tradução literária no Brasil é de algum modo um campo preferencial para o estabelecimento de uma relação de dominação lingüística e cultural. Com efeito, ressalvadas as exceções de praxe, o mercado brasileiro de tradução literária sempre tendeu efetuar a introdução na cultura nacional das obras dos grandes centros culturalmente hegemônicos, com destaque para o império anglo-saxão, para a França e, em menor escala para a Alemanha e a Itália.

Assim, a tradução relaciona-se intimamente à assimetria que se revela nas relações internacionais. Enquanto em "países hegemônicos, a tradução modela imagens de seus Outros subordinados", e confirma ou interroga os valores dominantes, estereótipos étnicos, cânones literários, "nos países em desenvolvimento, a tradução modela imagens de seus Outros hegemônicos", tendendo a assimilar os valores estrangeiros (VENUTI, 2002, p. 299). Assim, a tendência é que "literaturas hegemônicas" traduzam pretendendo a transparência e "imporão seus valores culturais e estéticos como evidentes e satisfatórios, posto que modelares para toda a humanidade" (AUBERT, 2003, s/p). Olhar a tradução sob esse ponto de vista significa também relativizar qualquer afirmação sobre supostos melhores modos de traduzir, pois o que pode ser mais adequado em uma situação pode indicar submissão em outra. Venuti (1986) e Berman (1984/2002), por exemplo, ao prestigiarem a tradução estrangeirizadora ou não etnocêntrica falam do lugar do hegemônico e de culturas que pouco traduzem, mas muito traduzidas. Não necessariamente dar voz ao Outro será conveniente quando se ocupa o lugar do não-hegemônico.

Qualquer que seja a posição de quem teoriza ou traduz, há o reconhecimento de quanto é complexo ressaltar a alteridade em uma tradução, pois, em lugar de levar ao entendimento do Outro, pode-se simplesmente criar um exotismo superficial ou mesmo reforçar estereótipos culturais ou étnicos. Como ressalta Cronin (2000), é apenas em uma tradição que concebe tradu-

ção como transporte que se imagina ser possível ouvir a voz do Outro sem problematização. Para Kanavillil Rajagopalan (2000), não há como evitar que o tradutor, de uma forma ou de outra, “se encarregue de apropriar-se da obra estrangeira” (p. 127). Essa apropriação pode, entretanto, assumir diferentes formas, desde a explícita, praticada pela tradição francesa das *belles infidèles*, até a sutil, que acaba por apenas ressaltar o caráter “exótico” da obra estrangeira. Mesmo a prática da Alemanha clássica, que é prestigiada por Berman (1984/2002) por não ser etnocêntrica, envolve apropriação, na medida em que se dava voz ao Outro, ao estrangeiro, para a afirmar a própria cultura.

Essas questões se relacionam também aos relatos dos viajantes, que, inevitavelmente, também se apropriam dos territórios (d)escritos. Para Martins (2001) os primeiros viajantes europeus para o Pacífico deparam-se com “uma relação assimétrica, vantajosa para os nativos, que conheciam como ninguém seu próprio lugar” (p. 34). Essa situação posteriormente se inverte, pois “a cada nova viagem, mais fácil torna-se para os europeus apropriarem-se direta ou indiretamente dos territórios distantes” (p. 34). Orlandi (1990) observa que no século XVII conhecer o Novo Mundo é nomear, mas no século XIX os viajantes manifestam preocupação com regras de observação e com a validade das afirmações; “o paradigma da observação nunca saiu do seu antigo lugar: no século XIX *ele continua na Europa*” (p. 99). Aliar crônica e ciência “confere aos relatos a capacidade de juntar uma função *esclarecedora* (informar sobre o Novo Mundo) a uma função *edificante* (reafirmar a cultura européia)” (p. 99). O hegemônico não apenas estabelece os parâmetros de acordo com os quais se definirão os sentidos do Outro, mas também usa-o para a afirmação de sua própria cultura.

O relato da viagem ao Brasil de Sir Richard Francis Burton, viajante e tradutor inglês, é exemplar das questões acima levantadas. Não considero o autor como etnocêntrico em *Exploration of the Highlands of The Brazil; with A Full Account of the Gold and Diamond Mines* (BURTON, 1869/2003), resultado da viagem realizada em 1868. O próprio Gilberto Freyre (1948) cita críticas a qualquer estrangeiro que se queixasse de fracasso no Brasil feitas por “um inglês da estatura de Burton” para evidenciar a diferença entre ele e outros viajantes etnocêntricos que só falavam mal da “gente e das instituições brasileiras” (p. 136). Efetivamente, em seu relato, Burton faz duras críticas à atuação dos ingleses no Brasil, mas também não se pode afirmar que seja um observador isento que apenas descreve o Brasil e os brasileiros.

Seu relato é, entretanto, apresentado aos brasileiros, em duas diferentes edições, como documento. Na orelha de *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (BURTON, 1976), Vivaldi

Moreira apresenta o tradutor e viajante Richard Francis Burton como “perspicaz e minucioso”, um erudito que faz “observações, análises, reflexões e conclusões absolutamente originais, [que] valem como indispensável documentário de uma época acerca dos lugares percorridos e cidades visitadas”. Burton seria um documentador preciso de “nossa história social e política”. As observações levam a construir um Burton isento, objetivo, que partilha da vida do lugar em que está e a descreve, aliando ciência e história. Na orelha de *Viagens aos planaltos do Brasil* (BURTON, 1941/1983), obra editada pela Companhia Editora Nacional na Coleção Brasileira, o tradutor e historiador Américo Jacobina Lacombe afirma que o autor “registrou suas tribulações num diário cheio de observações da maior acuidade”. Para Lacombe, “Burton era um imenso erudito, antropólogo, naturalista, folclorista e, acima de tudo, um arguto observador” e “seus sábios apontamentos” estariam “muito acima das simples preocupações com o pitoresco”. Constrói-se a imagem de um respeitável pesquisador.

O próprio Burton reitera essa imagem ao assinar como ex-presidente da Anthropological Society of London a dedicatória de seu livro a Lord Stanley (BURTON, 1869/2003, p. vi). Além disso, em seu Ensaio Preliminar, que antecede o relato da viagem, explicita seu objetivo de precisa descrição dos lugares que visita e afirma que, “*while sketching the Highlands of Brazil as far as they were visited by me my handiwork is totally deficient in the “beautification”*. [...] *The sketch, in fact, pretends only to the usefulness of accuracy*” (BURTON, 1869/2003, p. 10, grifos nossos). Seu primeiro tradutor, Lacombe, enfatiza a fidelidade ao que foi visto: “ao esboçar os PLANALTOS BRASILEIROS *tal como os vi*, despi o meu trabalho de qualquer preocupação de ‘enfeite’ [...]. O meu esboço, realmente, só aspira a uma qualidade: *ser fiel*” (1941/1983, p.56-57, grifos nossos). Nota-se, nessa tradução, um enfoque cientificista, pois o “ver”, o “olhar” são associados ao examinar, descrever, teorizar, distanciados da prática da experiência concreta assistemática. Ao focar a “qualidade” do trabalho, sua fidelidade, enfatiza esse ponto, enfocando seu rigor e sua veracidade.

Seu segundo tradutor, David Jardim Júnior, constrói outra interpretação: “Embora tenha feito anotações para a Região Montanhosa do Brasil *à medida que a ia visitando*, meu trabalho é de todo deficiente no que diz respeito ao ‘embelezamento’ [...]. A narração, de fato, só visa à utilidade da *precisão*” (BURTON, 1976, p. 37-38, grifos nossos). Privilegia-se a prática e a utilidade de um relato preciso.

Ainda que ambas as edições em português apresentem Burton como autoridade, na tradução de Lacombe a apresentação de Burton reveste-se da autoridade do rigor científico. Re-

almente Burton detém grande conhecimento sobre o Brasil. Leu todos os relatos de viajantes que encontrou, em várias línguas, livros sobre a história do Brasil, relatórios administrativos, além de ter estudado português, língua que já falava quando assumiu o consulado em Santos, e tupi. Em seu texto percebe-se o desejo de mostrar seu conhecimento, sua erudição. Cita textos em francês, alemão, apresenta a etimologia de palavras do português remontando ao tupi, ao latim, ao árabe, ao grego. Em vários pontos do livro teoriza sobre comportamento animal, informa os nomes científicos das plantas mencionadas, aponta erros de ortografia cometidos por viajantes, equívocos na descrição geográfica do Brasil. Essa demonstração de erudição tanto produz o efeito de busca pela exatidão, quanto de poder de análise. O que se lê, em suas demonstrações de conhecimento, é menos o movimento em direção a esclarecer sobre o Outro, e mais a busca de reconhecimento de sua erudição por seus pares.

Um de seus comentários pode perfeitamente exemplificar essa função de algumas de suas observações. Trata-se de um dia em que, indo para Congonhas do Campo, Burton "suffered much from the Carrapato" [sofreu muito com carrapatos]; fornece o gênero do carrapato (*Ixiodes* de Latreille), comenta que os entomologistas não chegaram a um acordo se há uma ou duas espécies deles, fornece a opinião popular sobre o assunto, a dos viajantes Spix e Martius, Pohl, Saint Hillaire e Gardner, descreve com detalhes o ácaro, seu *habitat* favorito, época de sua ocorrência, as várias maneiras usadas para tirá-los do corpo, especificando que a dele é a melhor, e, por fim, a maneira de erradicá-lo definitivamente (BURTON, 1869/2003, p. 158-160). Há três notas nesse trecho, uma delas para corrigir a grafia usada por Walsh (Carapato), a empregada pela Religious Tract Society (Garapato) e para informar as denominações do ácaro no Paraguai, Guiana Francesa e as usadas por antigos autores. É o discurso de quem quer mais exibir conhecimento sobre o tema do que esclarecer seus leitores sobre o Brasil ou descrever seu sofrimento com o ácaro.

Suas comparações também parecem funcionar mais como legitimação de autoridade do que esclarecimento das descrições para quem não tem familiaridade com o lugar descrito. Assim, Burton compara a cachoeira de Paulo Afonso, a meta de sua viagem, às cataratas do Niágara, os cabelos de lavadeiras do São Francisco aos de habitantes da Somália e Papua, tem uma miragem, como teve na Índia e na Arábia, e chega mesmo a afirmar que ilhas que ele não vê, porque o rio está muito baixo, devem assemelhar-se a lugares pelos quais passou no Egito. O Brasil é comparado a Outros também não familiares a seus leitores, ou seja, a função das comparações não é fazer conhecer o Brasil, equiparar o Brasil desconhecido ao que é co-

nhecido, mas ostentar conhecimento de mundo e, conseqüentemente, seu poder de observação.

Burton passa por muitos lugares entre o Rio de Janeiro e a cachoeira de Paulo Afonso, descreve-os, assim como o povo e seus costumes. Mas não há assimilação cultural, as análises e descrições são menos de uma pessoa que participou do evento, com ou sem prazer, do que do analista que procura olhar seu objeto de uma posição superior e exterior. Aparentemente aceita a diferença, mas, com freqüência, diferir significa ser inferior. A passagem em que comenta o hábito brasileiro de comer feijão com carne de porco evidencia que não é um observador isento, mas um superior civilizado, produto de um continente adulto e historicamente estabelecido:

This adipose tissue of boned, disembowelled and unfleshed pig, slightly salted, is hygienically well adapted to beans, combining carbon with nitrogen; unfortunately it enters into almost every dish, and it does no good to the digestion of "Young Brazil". The same may be said of many places in the Western United States and China, where people are almost made of pork. Apparently it is a favourite food in young lands. In Europe we are told during many centuries the only animal food generally used was pork (BURTON, 1869/2003, p. 104).

Note-se que Burton equipara Brasil, Estados Unidos e China em sua juventude, opondo-os a uma tradição milenar da Europa, que não mais se alimenta preferencialmente de carne de porco. Ainda que teça críticas a ingleses e outros estrangeiros, Burton reafirma a superioridade européia em relação a supostas terras jovens que ainda teriam muito o que aprender. Ao incluir entre essas a China, mostra considerar secundárias as culturas orientais.

As duas traduções desse trecho atestam a dificuldade de se traduzir o Outro sem nele interferir, especialmente quando este Outro passa a ser o próprio, tratado como subordinado inferior. Lacombe faz uma leitura que não põe em evidência a juventude do Brasil oposta por Burton à maturidade européia:

O tecido adiposo dos porcos, ossudos, destripados e descartados, ligeiramente salgado, combina-se higienicamente com o feijão, aliando o carbono com o nitrogênio. Infelizmente entra em quase todos os pratos e não faz bem à digestão dos jovens do Brasil. O mesmo se pode dizer de muitos lugares no oeste dos Estados Unidos e na China, onde a alimentação é quase toda constituída de porco. Pelo que parece, é um alimento predileto das terras jovens. Na Europa, segundo nos ensinam, durante muitos séculos o único animal comestível geralmente usado era o porco (BURTON, 1941/1983, p. 178-179)

Para Lacombe, a comida apenas afeta a digestão dos jovens brasileiros e, conseqüentemente, dos jovens estadunidenses e chineses. A imagem desses povos constituídos de

porco é transformada em uma polida alimentação à base de porco. Jardim, na tradução publicada pela EDUSP/Itatiaia, dá voz a Burton e à suposta maturidade européia:

O tecido adiposo do porco, depois de serem tirados os ossos, as entranhas e a carne, ligeiramente salgado, fica higienicamente bem adaptado ao feijão, combinando carbono com nitrogênio; infelizmente, ele faz parte de quase todos os pratos e não faz bem à digestão do “jovem Brasil”. O mesmo se pode dizer de muitos lugares do Oeste dos Estados Unidos e da China, onde o povo é quase que feito de carne de porco. Segundo parece, é um alimento favorito em terras jovens. Na Europa, como se sabe, durante muitos séculos o único alimento animal geralmente usado era a carne de porco [...] (BURTON, 1976, p. 101).

Entretanto, o editor do livro, Mário Guimarães Ferri, resiste à imagem feita por Burton e a ela apõe uma nota em que se lê: “Essa forma bizarra de descrever uma situação real é do próprio original. (M.G.F.)” (BURTON, 1976, p. 101). Com essa nota, Ferri minimiza o poder da imagem construída pelo supostamente civilizado e deixa entrever uma outra interpretação para a maturidade européia.

Verifica-se, assim, que ler um relato de viagem, como ler uma tradução, é ter acesso a um certo ponto de vista. Tanto a descrição quanto a tradução são produtos de interpretação de sujeitos social e ideologicamente constituídos, que se apropriam do Outro, em maior ou menor medida. Os sentidos não se transportam com total transparência, e dar voz ao Outro significa inserir sua própria voz. Essa inserção pode ser sutil, quase imperceptível ao leitor, como na última citação da tradução de Lacombe, ou explícita, como na nota de Ferri e no relato de Burton, mas inevitavelmente ocorre.

### Abstract

*In this paper I will examine questions of power related to translation and travel. I analyze the way the British translator and traveller Richard Francis Burton accounts his travel to Brazil and the way he is here translated. The processes of translating and travelling are considered as modes of establishing relationships between the self and the Other, the national and the foreign. I examine the implications of these relationships when the traveller comes from a hegemonic country, writes about a non-hegemonic one and is there translated.*

*Keywords: translation studies; travel; appropriation.*



## Referências

- AUBERT, Francis Henrik. Tradução e literaturas não-hegemônicas: o caso Noruega/Brasil. *Arquivos do CITRAT*. 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/citrat/>>. Acesso em: 17 mar. 2004.
- BERMAN, Antoine. *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica: Herder, Goethe, Shlegel, Novalis, Humboldt, Schleiermacher, Hölderlin*. Trad. Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BURTON, Richard Francis. *Explorations of the highlands of the Brazil with a full account of the gold and diamond mines*. Boston: Adamant Media Corporation, 2003. Facsimile da edição publicada em 1869 por Tinsley Brothers, London.
- \_\_\_\_\_. *Viagens aos planaltos do Brasil (1868)*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Trad. David Jardim Junior, notas Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1976.
- CRONIN, Michael. *Across the lines: travel, language, translation*. Cork, Ireland: Cork University Press, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1948.
- MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. 2000 Traição versus transgressão: reflexões acerca da tradução e pós-modernidade. *Alfa*, São Paulo, v. 44, n. esp., p. 123-130, 2000.
- VENUTI, Lawrence. The translator's invisibility. *Criticism*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 179-213, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. De Laureano Pelegrin et al. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.